

Quando a violência usa farda

Considerada a mais eficiente e bem paga do país, a Polícia Militar de Brasília registra 290 casos de abusos contra civis somente em 97

Luiz Gustavo Rabelo
Da equipe do **Correio**

No alpendre de uma modesta casa no Setor O, uma das áreas mais violentas da Ceilândia, Renato Pereira Maia, 19 anos, aparece de cadeira de rodas. Ele está aflito. Não consegue esconder a ansiedade. Há muito tempo queria falar à imprensa sobre o seu drama, sobre o episódio que o condenou a viver até o fim da vida em cima de uma cadeira de rodas. Mas sempre teve medo. Só tomou coragem de fazê-lo depois que viu as imagens de policiais militares paulistas torturando moradores de uma favela, em São Paulo.

Para entender a história de Renato é preciso voltar no tempo. Precisamente à noite do dia 8 de dezembro de 1995. Renato era então um adolescente de 17 anos. De família pobre, trabalhava como empacotador num supermercado.

Naquela noite ele havia saído com outros três amigos. O grupo foi à casa da namorada de Renato, Regina. Por volta das 23h, resolveram voltar para casa. Enquanto caminhavam por uma rua do conjunto 31 da QNO 20, em Ceilândia, cruzaram com o carro da PM de prefixo 1128.

De dentro do veículo desceram dois policiais. Os PMs ordenaram que os garotos encostassem na

grade de uma casa próxima para que fossem revistados. Pernas abertas, mãos para o alto. Renato recorda que, sem nada que justificasse o ato, um dos policiais começou a bater num de seus amigos de nome Enéas. O policial acertou socos e coronhadas com o cabo de uma espingarda nas costas do garoto.

TIRO NAS COSTAS À QUEIMA-ROUPA

Preocupado com amigo e com receio de também ser agredido, Renato virou a cabeça para olhar o que se passava. O horror chegava então ao clímax. Ele conta que, neste instante, um outro policial empurrou sua cabeça contra a grade da casa onde estava encostado. “Não olha para trás não, seu safado!”, teria dito o PM, mascando chiclete.

Segundo Renato, logo após dizer a frase o policial encostou a boca de uma espingarda calibre 12 em suas costas e disparou. “Não cheguei nem a escutar o barulho do tiro. Só senti um choque”, lembra.

Renato tremeu por alguns segundos e caiu no chão. Um policial que estava dentro do carro observando a cena repreendeu o colega e ordenou que o garoto fosse colocado dentro do veículo. Aquela altura ele já não sentia mais as pernas.

Levado pela polícia para o Hospital Regional da Ceilândia (HRC), Renato foi submetido a uma cirurgia de emergência. A bala, que se estilhaçou em centenas de pequenos pedaços de chumbo, atingiu os rins, o baço, o fígado, o intestino e parte da medula espinhal dele.

A herança deixada por esse episódio na vida de Renato foi a perda dos movimentos de sua perna esquerda. Essa perna, assim como a direita, definharam como se ele estivesse sido afetado por uma paralisia.

Além de ter que ficar sobre uma cadeira de rodas, como teve o intestino danificado, Renato usa hoje uma bolsa de colostomia. Defeca por uma abertura feita próxima ao abdômen.

INDENIZAÇÃO PARA CRIAR O FILHO

Com dificuldades financeiras, o rapaz não consegue comprar as bolsas de colostomia necessárias ao seu tratamento. Cada bolsa custa, em média, R\$ 7. Como não tem dinheiro, a mãe de Renato lança mão de um improviso perigoso. Confecciona as bolsas com plásti-

co e esparadrapo, o que aumenta o risco de Renato contrair uma infecção.

Apesar das dificuldades em que vive desde que levou o tiro — já fez seis cirurgias e prepara-se para a sétima —, Renato ainda acredita na Justiça. Ele entrou com uma ação indenizatória contra o Governo do Distrito Federal e espera que o PM que atirou nele, Custódio José de Freitas, seja condenado.

Em meio às desventuras da vida, há cerca de um mês Renato foi presenteado com a alegria do nascimento de seu primeiro filho, Renan. A mãe do bebê é a mesma Regina que Renato namorava à época em que levou o tiro. Ele espera criar o menino com o dinheiro da indenização que pretende ganhar do governo.

Renato fala sobre o filho com o entusiasmo de um verdadeiro pai coruja. Mas a alegria é logo interrompida. Ele pede então a irmã que busque dentro de casa um saco plástico. Neste saco, ele guarda pequenos fragmentos de chumbo que seu corpo ainda hoje expele, como se não deixasse Renato esquecer do acontecido.

O rapaz fala do medo que ainda sente. Ele conta que há três meses um carro da PM parou em frente ao portão de sua casa. “Eu estava só. Um policial gritou de dentro do car-

ro: Tome cuidado, rapaz! Depois foi embora”, lembra. Renato chegou a ligar para a Central de Operações da PM para contar o caso. Mas recebeu como resposta de seu interlocutor a seguinte frase: “Você deve ser um vagabundo, rapaz”.

Casos de violência de policiais militares contra civis não são novidade no Brasil. As imagens veiculadas pela televisão, em março deste ano, mostrando as torturas praticadas por um grupo de PMs contra moradores da Favela Naval, em Diadema, na grande São Paulo, é uma pequena amostra dessa realidade.

No Distrito Federal, embora em menor proporção do que em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, a história não é diferente. Uma das polícias mais bem pagas do país, onde um soldado iniciante recebe, em média, R\$ 1 mil, a PM do Distrito Federal também é violenta.

ABUSOS CONTRA UM EX-POLICIAL

Depois da publicidade do episódio de Diadema, mais de 20 pessoas ligaram para a redação do **Correio** para denunciar casos de violência de policiais militares. Nem mesmo integrantes da corporação escapam da truculência de seus ex-companheiros.

É o caso de Paulo César Rodrigues, 28 anos, que foi agredido por dois PMs no último dia 7. Ele aguardava um ônibus na rodoviária do Plano Piloto, quando algumas mulheres que estavam na fila provocaram dois policiais. “Vocês não pagam passagens. Por isso, têm que ir em pé no ônibus”, disseram.

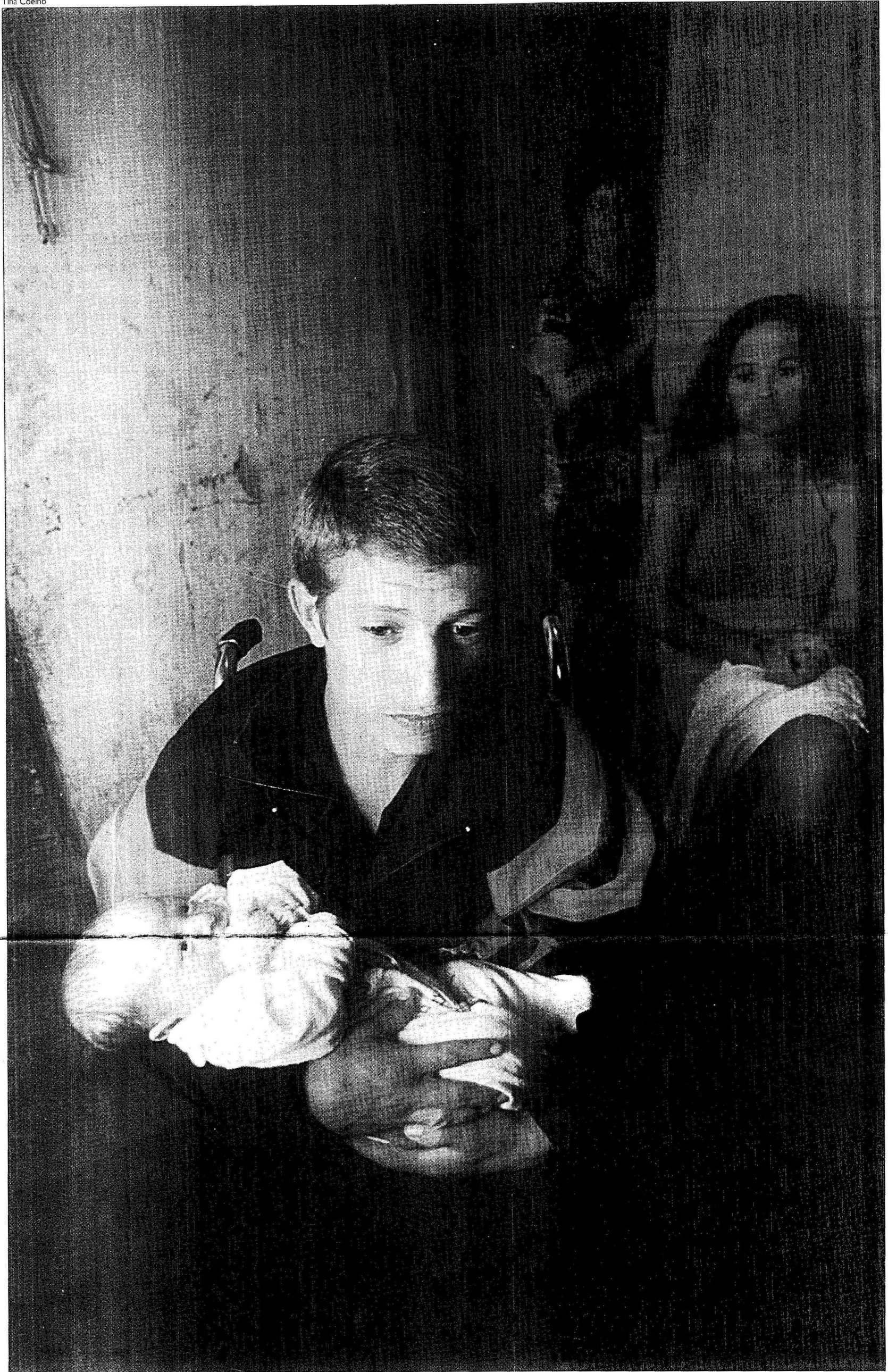
Segundo Paulo, os policiais o prenderam, achando que era ele o autor das provocações. O ex-policial conta que foi algemado e levado para o posto da PM, na rodoviária. No caminho, entre lanchonetes e longe dos olhos da multidão, recebeu golpes de cacetete na região abdominal e chutes no tornozelo.

Paulo só foi libertado depois que um sargento o reconheceu como ex-policial. Ele diz que tentou registrar o fato no posto da Polícia Civil, mas, de maneira omissa, os policiais pediram que ele retornasse na segunda-feira. “É inadmissível esta ignorância. Fui policial e nunca fiz isto”, protestou, referindo-se às agressões que sofreu.

Mesmo que conseguisse registrar queixa contra os policiais, Paulo dificilmente conseguiria provar a culpa deles. Isto porque os PMs usavam capas sobre a farda, o que impossibilitava a visualização de seus nomes.

Para apurar os casos de infrações

Tina Coêlho



Renato Pereira Maia, 19 anos, que levou um tiro nas costas à queima-roupa, espera uma indenização do GDF para poder criar o filho Renan, nascido há um mês

O QUE FAZER EM CASO DE ABUSO POLICIAL

A QUEM RECORRER PARA DENUNCIAR O OCORRIDO?

■ Registrar o fato na delegacia policial da área em que aconteceu a agressão.

■ Procurar a Corregedoria de Polícia Militar. (Quartel do Comando Geral, no Setor Policial Sul. Telefone: 345-1597). A Corregedoria funciona de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Um outro caminho é procurar o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, que funciona no 8º andar no anexo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O telefone do núcleo, que funciona no mesmo horário da Corregedoria da PM, é 312-9942.

RECOMENDAÇÕES

■ É importante registrar a ocorrência o mais rápido possível para preservar os vestígios da agressão.

■ Procure guardar, se possível, as características físicas e o nome do policial agressor. Se o policial está usando algum carro, procure guardar o número do veículo.

■ Caso os agentes coloquem empecilhos na hora de registrar a queixa, exija falar diretamente com o delegado.

■ Lembre-se: a autoridade policial tem a obrigação de encaminhar a vítima de agressão para o exame de corpo de delito, que é feito no Instituto Médico Legal. Este exame é fundamental para que fique comprovada a agressão.

■ Nos finais de semana, a partir das 13h30, sempre há um promotor de plantão. Ele também recebe denúncias e atende no telefone 982-7724.

■ Fonte: Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial

e crimes cometidos por policiais militares, a PM do Distrito Federal conta, desde outubro do ano passado, com uma corregedoria, com sede no Quartel do Comando Geral, no Setor Policial Sul.

As investigações são feitas por meio de sindicâncias ou inquéritos policiais militares (IPMs). Em linhas

gerais, a diferença entre sindicância e IPM é que a primeira apura uma falta administrativa do acusado, que pode ou não resultar denúncia. Já o segundo apura um crime e, portanto, o seu resultado final tem que ser encaminhado à Justiça Militar.

No ano passado, a Corregedoria da PM instaurou 167 IPMs para apu-

rar denúncias contra policiais. Desse total, 162 inquéritos resultaram indiciamento dos acusados. No mesmo período, 176 sindicâncias foram abertas. Nesses casos, as investigações terminaram com 54 punições disciplinares, que vão desde simples advertências na ficha funcional dos policiais até prisões de, no máximo, 30 dias no quartel. Ainda como resultado das sindicâncias, outros 45 PMs foram punidos com o chamado Licenciamento a Bem da Disciplina, ou seja, foram demitidos.

VIOLÊNCIA QUE SE SUPERA A CADA ANO

Em 1997, embora o ano ainda esteja em sua metade, o número de casos de violência praticada por PMs já é quase igual ao de 1996. Do início do ano até hoje, 170 sindicâncias e 120 IPMs foram abertos pela corregedoria.

O oficial-corregedor da PM, coronel Belísio Motta, atribui o aumento dos casos de violência à criação da Ouvidoria e da Corregedoria de Polícia da PM. “Antes a vítima tinha que ir ao quartel do policial que a agrediu para fazer a denúncia. Muitas vezes ficava até com medo de encontrar o PM ali. A criação da corregedoria e da ouvidoria facilitou a vida do denunciante”, diz.

Na verdade, embora a Corregedo-

ria centralize as sindicâncias e os IPMs, em grande parte dos casos e por mais absurdo que pareça as investigações são feitas por oficiais da própria unidade onde o policial acusado trabalha. Depois de concluída, a investigação é enviada à Corregedoria, que a encaminha à Auditoria Militar.

Atualmente, 543 processos estão em andamento na Auditoria Militar. A maior parte dos casos, entre 80% e 90%, é de crimes em que PMs figuram como acusados. Os outros referem-se a crimes de integrantes do Corpo de Bombeiros.

No ano passado, 305 sentenças foram proferidas pela Justiça Militar do Distrito Federal. Ainda não há levantamento de quantos desses processos foram arquivados ou resultaram condenação ou absolvição dos acusados.

De acordo com o coronel Motta, a PM tem estudado maneiras de diminuir os casos de violência por parte dos policiais. Algumas delas são a exigência de 2ª Grau para ingresso na corporação — atualmente apenas o 1º grau é exigido — e o aumento do tempo de duração dos cursos de preparação de soldados e oficiais, que hoje é de seis meses e três anos, respectivamente.

LEIA AMANHÃ
Os abusos cometidos por policiais civis